

Igreja de mártires

o martírio como símbolo e condição do ser-cristão

*O exemplo dos Mártires
de todos os tempos
e de todos os lugares
demonstra à saciedade
que o ser-cristão
não é coisa,
ao contrário do que parece
ter pensado Nietzsche,
para gente débil
de carácter, ou seja,
para gente que não sabe
o que quer, ou que apenas
quer manter
indefenidamente
o estado de coisas
do seu pobre
aburguesamento.*

João J. Vila-Chã

Professor na Faculdade
de Filosofia da Universidade
Gregoriana, Roma

Os Mártires e a Igreja

Quando lemos atentamente os escritos do *Novo Testamento*, e, depois, os momentos iniciais da história da comunidade eclesial, logo vemos que a Igreja de Jesus Cristo, aliás segundo o modelo que Ele mesmo instaurou, é, literalmente, uma Igreja de Mártires.¹ Neste sentido, podemos também reconhecer que um dos eixos fundamentais da teologia neotestamentária consiste, precisamente, numa rigorosa “teologia do martírio”, teologia esta que, sem dúvida, constitui a linha de força de textos como a *Carta aos Filipenses* ou o *Apocalipse*.² Com efeito, já o próprio discurso com que, no *Evangelho de Mateus* (Mt 10:5 s.), Jesus procede ao envio dos Apóstolos, torna manifestamente claro que a mensa-

¹ Erik Peterson (1890-1960), um dos mais rigorosos teólogos católicos do século xx, publicou em 1937, ou seja, em plena época de ascensão política do nazismo na Alemanha, um texto intitulado *Testemunhas da Verdade* e que, pelo seu rigor e actualidade, será aqui a nossa principal fonte de referência. O texto foi de novo publicado na mais recente edição das Obras Escolhidas do notável teólogo alemão: Peterson, Erik “Zeuge der Wahrheit”, *Theologische Traktate*. Mit einer Einleitung von Barbara Nichtweiß, Würzburg, Echter, 1994, pp. 93-129.

² Lohmeyer, Ernst, “Die Idee des Martyriums im Judentum und Urchristentum”, *Zeitschrift für systematische Theologie* 5 (1927), pp. 232-249. Veja-se também: Campenhausen, Hans von, *Die Idee des Martyriums in der Alten Kirche*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1936; Brox, Norbert, *Zeuge und Märtyrer: Untersuchungen zur frühchristlichen Zeugnis-Terminologie*, München, Kosel-Verlag, 1961; Beutler, Johannes, *Martyria: Traditionsgeschichtliche Untersuchungen zum Zeugnisthema bei Johannes*, Frankfurt, J. Knecht, 1972.

gem cristã não é qualquer coisa que se dirige a uma humanidade abstracta ou considerada de forma neutral. Pelo contrário, “o envio”, que os Apóstolos recebem de Jesus Cristo para anunciarem o Evangelho do Reino de Deus não se faz em relação a uma humanidade que se possa pressupor estar verdadeiramente disposta a receber esse Anúncio, a acolher o “kerygma” de braços abertos, ou seja, simplesmente assim, sem levantar qualquer problema ou objecção. Aliás, penso que é por isso mesmo que Jesus, com todo o rigor e exactidão, explica aos Apóstolos em que condições eles são enviados, a saber, como “ovelhas para o meio de lobos” (cf. Mt 10:16). Mas isso não é tudo, pois o envio não é apenas feito para o meio de lobos, mas também com a convicção de que, bem feitas as contas, a manada dos lobos tenderá sempre a ser mais forte em número do que o rebanho das ovelhas. Ora isto não quer dizer outra coisa senão que os Apóstolos não podem senão contar com a forte probabilidade, caso perseverem na fidelidade à Verdade do Reino, de que o seu destino seja idêntico ao do próprio Jesus. E daí a importância, tanto teórica como prática, da admoção feita, segundo a qual, o Apóstolo, tal como Quem o envia, será conduzido, independentemente do pretexto que para isso seja utilizado, ao tribunal dos homens, sejam eles Judeus ou Pagãos.³

A condição de Apóstolo, portanto, é, por definição, a daquela pessoa que, de uma forma deliberada e escolhida se encontra em marcha pelo caminho que tem entre as suas estações mais importantes o Sofrimento e a Cruz, e isso não por qualquer outra razão mais profunda senão a de saber que com a manifestação de Cristo ao Mundo se dá o despontar de uma nova, e definitiva, aurora na história dos homens.⁴ É que agora, com o Advento de Cristo no meio de nós, no seio da história humana, é o próprio tempo do mundo que ganha uma nova dimensão, atingindo a sua medida crítica por excelência, um tempo, na verdade, em que o ideal não é a paz a qualquer preço, ou a reconciliação feita sem razão profunda, mas sim o reconhecimento de que é chegada a hora de agir em conformidade com a Verdade mais autêntica que habita o coração do homem, o centro do mundo. Esta Verdade, porém, é aquela que não se compraz apenas com figuras de estilo ou de retórica, antes se apresenta como a dimensão do ser humano que exige de quem a reconheça um verdadeiro *salto* existencial, aquilo, portanto, a que tecnicamente se chama “decisão”⁵. O Advento de Jesus Cristo na História dos Homens significa que, nesta mesma história, desabrochou já um Tempo Novo, um tempo em que a ordem “comum”, o modo de ser mais “normal” de todas as coisas, simplesmente se desfaz ou desvanece, sendo que esta desordem já não pode mais ser corrigida por virtude de força meramente humana, pelo poder do “sangue e da carne”, na linguagem do *Novo Testamento*, pois o Tempo em que agora estamos, pelo confronto com a Palavra de Vida encarnada em Jesus de Nazaré, é um tempo em que até mesmo o mais remotamente pensável acontece: o irmão entrega à morte o seu irmão, os filhos os seus pais, os pais os seus filhos, etc. Mas este é também o tempo em que desabrocha um novo mundo, um mundo em

³ Sobre a categoria do “Judeu” e do “Pagão” no pensamento teológico, veja-se: Peterson, Erik, “Die Kirche aus Juden und Heiden”, *Theologische Traktate*, pp. 141-174.

⁴ Sobre o conceito de Apóstolo em Peterson, veja-se, em particular, o seu texto “Apostel und Zeuge Christi”, *Marginalien zur Theologie und andere Schriften. Mit einer Einführung von Barbara Nichtweiß*, ed. Erik Peterson, Würzburg, Echter Verlag, 1995, pp. 63-94.

⁵ Börsig-Hover, Lina, *Zeit der Entscheidung: Zu Romano Guardinis Deutung der Gegenwart*. Fridingen a. D., Börsig-Verlag, 1990.

que Jesus, por contraposição ao mundo que se desagrega, simplesmente diz: “Quem ama seu pai ou sua mãe mais do que a Mim não é digno de mim; quem ama seu filho ou sua filha mais do que a Mim não é digno de Mim” (Mt 10:37).⁶

No *Evangelho de Mateus*, a mensagem de Jesus acerca da “perseguição” (Mt 10:16 s.) aplica-se, antes de mais, aos Doze Apóstolos. Estas palavras, porém, são imediatamente seguidas de uma extensão essencial do seu universo de referência: “quem não toma a sua cruz e vem após Mim não é digno de Mim. Quem acha a sua vida perdê-la-á; quem, todavia, a perde por minha causa, achá-la-á.” (Mt 10:38-39). Como é fácil de ver, este discurso não se dirige apenas aos Apóstolos. Na verdade, o conceito de “mártir” abrange muito mais do que o universo dos Apóstolos. E se reconhecemos que a Igreja está fundada sobre o fundamento dos Apóstolos, então precisamos igualmente de reconhecer que os Apóstolos são também aqueles que, em primeiro lugar, se tornaram mártires, pelo que, diremos, a dedução não pode ser mais clara e lógica: a Igreja, por essência, é uma Igreja de Mártires. Por outras palavras, a Igreja, toda ela, nos seus membros e no seu Todo, é sempre, por essência, uma Igreja que sofre. Consequentemente, dizia Peterson, e isso certamente também em atenção ao contexto político alemão dos finais dos anos trinta, uma Igreja sem “martírio”, ou seja, sem sofrimento por amor d’Aquele que a envia, dificilmente se poderá dizer ser uma Igreja verdadeiramente apostólica.⁷

Na sua análise, notável tanto pelo seu rigor exegético como pelo seu rigor teológico, Erik Peterson faz questão de nos mostrar que o facto, historicamente inegável, de que os Apóstolos, em sua grande maioria, foram mártires não nos deve fazer esquecer algo de teologicamente essencial, a saber, que “Apóstolo e Mártir” não são a mesma coisa, pois estes são dois conceitos que, por definição, pertencem a esferas distintas da realidade eclesial. Do ponto de vista teológico, com efeito, trata-se aqui, antes de mais, de clarificar a diferença que vigora entre a função hierárquica e a função carismática na Igreja.⁸ Se, por um lado, é verdade que na história existencial concreta dos “Doze Apóstolos” se uniram sem mais estas duas dimensões do seu ser concreto, a hierárquica e a carismática – pois como Apóstolos eles foram também Mártires –, a verdade é que entre os seus seguidores não se encontram mais “Apóstolos” no sentido específico do termo. Com efeito, do ponto de vista teológico, nós temos aqui dois factos essenciais que é necessário considerar, a saber: que os seguidores dos Doze Apóstolos não são mais, no sentido próprio do termo, “Apóstolos” e que o conceito de “Mártir” precisa de ser reconhecido como uma categoria autónoma na estrutura da Igreja, uma categoria absolutamente necessária para que a Igreja não se reduza à condição de mera proponente e defensora de uma determinada doutrina, mas antes possa ser reconhecida, em todas as dimensões da sua praxis, doutrinal e não só, em linha de continuidade com os carismas apostólicos, entre os quais pertencem, de um modo muito especial, o Sofrimento e o Martírio.⁹ Mas daqui segue-se também a dedução lógica segundo a qual não é possível afirmar sem ulterior qualificação que todos aqueles que juridicamente estão na sucessão dos Apóstolos têm, necessariamente, de ser mártires, pois, se esse fosse o caso, isso pura

⁶ Peterson, *Theologische Traktate*, p. 97.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 98.

⁸ Jeffers, James S., *Conflict at Rome: Social Order and Hierarchy in Early Christianity*, Minneapolis, Fortress Press, 1991.

⁹ Peterson, *Theologische Traktate*, p. 99.

e simplesmente reduziria a Igreja à condição de “seita”; ou, então, implicaria que a categoria, independente e autónoma, de “mártir” deixasse de fazer sentido na Igreja, e isso pelo simples facto de essa ser uma categoria que, do ponto de vista da comunidade, era ainda inexistente no tempo dos Apóstolos.¹⁰ O mais correcto, portanto, é afirmar, tal como o faz Erik Peterson no seu brilhante texto de 1937, que o “mártir ocupa na Igreja o lugar de um carismático”, já que o conceito de “Mártir” deve ser distinguido do conceito de “Apóstolo”, e isso malgrado o inegável facto de que a grande maioria dos Apóstolos acabaram também por ser mártires.¹¹

Repita-se, porém, aquilo que também nós julgamos ser fundamental numa autêntica eclesiologia, criticamente fundada: o conceito de “Mártir” pertence de forma essencial e inexpugnável ao próprio conceito de “Igreja”. Mas isto quer igualmente dizer que ao falarmos de martírio, do martírio que faz a Igreja, não nos estamos a referir a um mero erro humano, mas sim a uma espécie de “necessidade” divina. Sobre o Sofrimento da Igreja permanece a Palavra clarificadora de Cristo na “exegese” que de Si próprio Ele oferece aos discípulos de Emaús: “Mas não era necessário que o Cristo sofresse todas estas coisas?” (Lc 24:26).¹² Na realidade, não é a vontade humana de acreditar que produz os mártires, mas é o próprio Cristo que chama seres humanos concretos, com nome e com história, ao Martírio e, desse modo, os transforma mediante uma “graça” muito especial. Ao Martírio, portanto, ninguém chega só por si, mas apenas mediante o convite pessoal do Cristo Ressuscitado, ou seja, o mesmo Cristo que mediante a Proclamação quotidiana do Evangelho é anunciado pela Igreja e cujo Sacrifício de amorosa oblação ao Pai é diariamente renovado sobre os altares do mundo, o Cristo, portanto, cujo Nome deve ser publicamente confessado por todos aqueles que em seu Nome estão baptizados, incorporados no seu Corpo Místico, e que, por isso mesmo, desde o mais fundo da sua consciência estão obrigados ao “testemunho”, seja qual for o significado existencial que à palavra venha a ser dado. Evidentemente, há tempos e épocas da história em que o número dos mártires parece ser bem maior do que noutras; e há mesmo tempos em que, pelo menos em aparência, parece já não haver mais mártires. Segundo Peterson, porém, é mesmo impensável conceber a existência de um tempo, ou época da história da Igreja, que, na efectiva condição da sua realidade efectual, esteja completamente desprovida de mártires. Por outras palavras, um tempo ou uma época em que já não faça mais sentido existencial e concreto falar do conceito de “martírio”, ou de “Mártir”, será, desde logo, sublinha Peterson, um tempo e uma época sem Igreja.¹³

Esta profunda ligação estrutural entre o conceito de “Mártir” e o conceito de “Igreja” deriva sobretudo do facto de que o Mártir é precisamente aquele membro do Corpo vivo de Cristo que da forma mais clara e explícita que se possa imaginar faz emergir, ou seja, vir ao de cima, a dimensão pública da Igreja, ou seja, a sua ver-

¹⁰ Idem, *Ibidem*.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 100.

¹² Idem, *Ibidem*. Erik Peterson defende que a “proclamação” do Evangelho no mundo presente, e isso até ao fim dos tempos, estará sempre associada à existência de “mártires”. Segundo o teólogo alemão, isso explica-se, desde logo, pelo facto de a Mensagem Cristã ser muito mais do que uma mera filosofia, ou seja, uma teoria sobre a qual os seres humanos apenas precisam de sobre ela reflectir e/ou discutir. Pelo contrário, a verdade do Cristianismo consiste numa “exigência” fundamental, exigência essa que tem certamente uma dimensão moral, mas também, e mais do que isso, implica a mobilização total do ser humano em todas as dimensões da sua realização na história.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 101.

dadeira “Publicidade” (Öffentlichkeit). Mártir, com efeito, é sempre alguém que, de acordo com a sua condição, é chamado/a a “responder” e a justificar-se perante os poderes públicos estabelecidos, sejam eles as autoridades do Sinédrio e das Sinagogas, os representantes do Imperador ou dos reis. O mártir é sempre alguém que, de uma forma ou de outra, é submetido a um processo judicial, processo este que por sua mesma natureza processual é, portanto, necessariamente “público”. Como se pode verificar ao longo da história, desde os tempos áureos do Martírio na Igreja até aos dias de hoje, o mártir acaba sempre por ter de se submeter seja às penas previstas nos códigos de direito vigentes ou, então, é apenas vítima da sua mais pura e completa ausência, e isso de acordo com os termos impostos por aqueles que nas sociedades ou contextos respectivos são, de uma forma ou de outra, detentores de um poder efectivo, ou efectual, na história. Acima de tudo, porém, a Igreja considera que o conceito de “mártir” é estruturalmente inseparável de um acto, pelo menos implícito, de “confissão pública” do Nome de Jesus.¹⁴

Por outro lado, segundo a Teologia do Martírio proposta por Peterson, é também claro que a “confissão” dos mártires não é propriamente “confissão” no sentido mais usual, ainda que teológico, do termo, pois a verdade é que as palavras proferidas pelo Mártir em presença dos correspondentes órgãos definitórios do “poder” diante do qual são chamados a dar o seu testemunho, não são propriamente palavras humanas, mas palavras que o próprio Espírito Santo diz através daquele ou daquela que professa a sua fé em Jesus Cristo.¹⁵ Nesse sentido, mesmo quando as palavras do Confessor diante dos homens possam parecer mais uma “confissão” do que uma Profissão de fé no sentido técnico do termo, a Igreja sabe perfeitamente que na confissão feita pela pessoa que pela sua pura e simples existência diz “eu sou cristão” dando testemunho diante dos representantes dos poderes efectivamente vigentes, é o próprio Espírito Santo quem fala, pois em todo o verdadeiro testemunho se anuncia a exigência dessa *Publicidade*, já mencionada, inerente à soberania de Cristo.¹⁶ Mas isto quer também dizer que o mártir é bem mais do que apenas aquele ou aquela que sofre por Cristo. De facto, enquanto membro do corpo místico de Cristo, mártir é sempre alguém que sofre *com* o próprio Cristo, e isso até ao ponto de se poder dizer que a morte do mártir é, na realidade, consequência da morte de Cristo que nele próprio, agora de novo, acontece.¹⁷

Evidentemente, são muitos os modos e maneiras em que o cristão pode participar do Sofrimento de Cristo. Mas também é evidente que nem todos se podem tornar mártires. É que não se faz mártir quem quer, mas apenas aquele ou aquela que a isso é por Deus chamado. O Martírio pressupõe sempre uma “vocação” muito especial, pois, na realidade, trata-se de um “Carisma” na Igreja.¹⁸ A todos, porém, é dado seguir e imitar a Cristo no e através do Sofrimento. Para o Cristianismo, de facto, a imagem mais perfeita e completa do sentido da vida não é outra senão a

¹⁴ Idem, *ibidem* p. 102.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Idem, *ibidem*. Em 1936, na revista *Catholica*, Erik Peterson tinha já publicado um notável texto sobre a soberania de Cristo. (Peterson, Erik, “Christus als Imperator”, *Theologische Traktate*, pp. 83-92).

¹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 102-103.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 103. Sobre a noção de *Carisma* na Igreja, veja-se, por exemplo: Mödritzer, Helmut, *Stigma und Charisma im Neuen Testament und seiner Umwelt: Zur Soziologie des Urchristentums*, Freiburg e Göttingen, Universitätsverlag e Vandenhoeck & Ruprecht, 1994; Ritter, Adolf Martin, *Charisma und Caritas: Aufsätze zur Geschichte der Alten Kirche*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.

Cruz, uma realidade que sempre nos antecede pela sua presença no mundo, sempre já disponível, e isso, evidentemente, não apenas no caso da mais extrema radicalidade, que é o dos mártires, mas também na situação ordinária de vida de todo e qualquer cristão. De facto, a ideia cristã de *ascese*¹⁹ vive precisamente do princípio de que todos podem tomar parte no Sofrimento de Cristo, Aquele que por nós – por “mim” – sofreu, morreu e ressuscitou. Mas é também claro que Cristo conhece perfeitamente os nossos medos e as nossas angústias, sobretudo quando nos situamos diante da perspectiva do Sofrimento e da Morte. Cristo conhece por experiência própria até onde pode ir o nosso instinto de retirada quando as exigências do Seguinto se tornam mais concretas e implacáveis. Mas a verdade teológica é sempre e apenas esta: Cristo assumiu, ou seja, redimiu, os nossos medos e as nossas angústias, de modo que tudo quanto acontece na Igreja acontece precisamente na pressuposição de que Cristo não apenas morreu, mas também ressuscitou, e na de que nós somos chamados não apenas a ter parte no sofrimento da Sua morte, mas também a participar plenamente na potência vital, e na alegria, da Sua Ressurreição.²⁰

Com efeito, por virtude do sacramento do “Baptismo”, nós mergulhamos não apenas na morte de Cristo, mas também somos chamados a reconhecer que graças à dinâmica de salvação na História, o Espírito Santo vem ao encontro dos seres humanos como dom inexaurível do Ressuscitado, fazendo-nos entrar na plenitude do Mistério da Vida. Daí a enorme importância de reconhecer que a vida espiritual cristã não pode apenas consistir em mortificações e ascetes, mas deve também inscrever-se, sem reservas e sem rodeios, num processo de auto-transcendência, de um ir sempre mais além de nós próprios, inseridos que estamos no mistério da Vida e no processo inerente à manifestação na história de um radical novo modo de ser, expressão do “poder”, que é o Espírito Santo.²¹ Daí, em nosso entender, o significado e a enorme importância de se introduzir na cristologia e na eclesiologia contemporâneas temas como a luta pela “justiça e o amor radical”.²² De resto, as narrativas do *Novo Testamento* são unânimes em afirmar, já pela sua mesma estrutura, que a última e mais derradeira palavra de Deus aos seres humanos não pertence ao Sofrimento e à Morte, mas à Vitória sobre o mundo presente alcançada por Cristo na sua Ressurreição. A Glória do Mártir, por isso, consiste pura e simplesmente na sua participação na Glória de Cristo, o qual não apenas antecedeu os Mártires, mas na Sua qualidade de Vivente, é também Aquele que os cumula de todas as graças e os coroa com a coroa da Felicidade Real, aquela cuja duração é eterna.²³ O Sofrimento da Igreja só faz sentido na medida em que ele for vivido à luz do Sofrimento de Cristo, pelo que quem quer que seja que veja as coisas deste modo não poderá senão reconhecer no sofrimento, assumido à imagem de Cristo, oportunidade e motiva-

¹⁹ Para um aprofundamento do significado genérico da *ascese* e do *ascetismo* na experiência religiosa da humanidade, veja-se: Winbusch, Vincent L., *Asceticism*, New York, Oxford University Press, 1995.

²⁰ Peterson, *Theologische Traktate*, p. 104.

²¹ Idem, *ibidem*.

²² Sobre esta problemática, veja-se, por exemplo, *Hope & Solidarity: Jon Sobrino's Challenge to Christian Theology*, ed. Stephen J. Pope, Maryknoll, N.Y. Orbis Books, 2008.

²³ Peterson, *Theologische Traktate*, p. 105. Veja-se 1 Pedro 4, 12-14: “Amados, não estranheis o fogo ardente que surge no meio de vós, destinado a provar-vos, como se alguma coisa extraordinária vos estivesse acontecendo; pelo contrário, alegrai-vos na medida em que sois co-participantes dos sofrimentos de Cristo, para que também, na revelação de sua glória, vos alegreis exultando. Se, pelo nome de Cristo, sois injuriados, bem-aventurados sois, porque sobre vós repousa o Espírito da glória e de Deus.”

ção para dar Graças a Deus, pois a pairar sobre todo o sofrimento na e da História está, em última análise, a Bem-aventurança proclamada por Jesus no Sermão da Montanha (Mt 5:11-12).

Revelação da Esfera Política

De acordo com Erik Peterson, o *Apocalipse*, o último livro da Bíblia cristã, tem um significado muito especial no contexto da teologia neotestamentária sobre o martírio, sobretudo na medida em que se trata de um livro que clara e declaradamente nos fala do “fim último” da realidade que somos e que nos envolve. Trata-se de um livro que, segundo o nosso teólogo de referência, é manifestamente “perigoso”, pois o seu objectivo é dar-nos uma perspectiva sobre o abismo, que nos rodeia e que nós, de tantas e variadas formas, procuramos sempre encobrir, certamente na esperança de que no final da história nem tudo seja assim tão grave, ou tão sério. Isso por um lado. Mas por outro, o *Apocalipse* é também um livro “realmente” perigoso, pois ele nos mostra aquilo mesmo que, em determinadas circunstâncias, Deus e o Seu Cristo nos podem eventualmente exigir.²⁴

Um dos aspectos mais salientes da exegese católica tem a ver com o princípio segundo o qual o Espírito Santo tem os seus tempos e a sua hora, ou seja, tem as suas oportunidades, o seu “kairos”.²⁵ Daí a importância, diz-nos Peterson, de o autor do *Apocalipse* nos querer mostrar, desde o início, o “tempo e a hora” em que se regista a mensagem específica contida no texto (cf. 1:9 e 1:10), o momento em que nele nos é revelada a específica “oportunidade” do Espírito Santo, a saber, o exílio do Apóstolo João para a ilha de Patmos por motivo do seu testemunho público dado pelo Nome de Jesus, facto esse que agora o faz comungar do sofrimento por perseguição que também aflige numerosos outros cristãos. Esta, de facto, é a situação concreta em que ao Apóstolo João é dada, em Patmos, a “Revelação de Jesus Cristo”, sendo, porém, de registar que aqui não temos propriamente a ver com uma “revelação privada”, mas sim com o facto puro e simples de que o próprio Senhor se revela, e isso de tal modo que desde já se revela o modo como se evidenciará a “publicidade” da sua Segunda Vinda. Ora isto é o mesmo que dizer que, mediante o “testemunho” cristão, a dinâmica da revelação se manifesta propriamente não no âmbito de uma esfera de significado meramente privada, antes assume um carácter eminentemente “público”.²⁶

Acima de tudo, Peterson pretende mostrar que o último livro do *Novo Testamento* dedica uma atenção muito particular à dimensão universal do sofrimento, precisamente na medida em que o sofrimento de que aqui se fala é, por definição, sofrimento com o Sofrimento de Cristo, ou seja, sofrimento com Aquele que veio a este mundo e que, no final, rompeu com as cadeias do mundo presente ao ressuscitar de entre os mortos, “subindo ao Céu”.²⁷ O *Apocalipse*, portanto, parece funcionar com base no axioma de que onde quer que o sofrimento com Cristo assuma uma dimen-

²⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 106-107.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 107.

²⁷ Idem, *ibidem*.

são pública, nomeadamente mediante a “publicidade” conferida pelo Estado em qualquer situação de procedimento judicial, como é o caso do martírio, aí se tornará também “pública” a Glória de Cristo, e isso precisamente segundo um modo de ser público análogo à “publicidade” inerente à realidade social do Estado.²⁸ Ou seja, o significado do Martírio é sempre inseparável do facto de que nele a Graça de Deus se manifesta numa verdadeira pluralidade de formas, a saber, tanto sob a forma da Confissão Pública (“*öffentlichen Bekenntnis*”), como, sob a forma do Sofrimento Público (“*öffentlichen Leiden*”), e, por fim, também na com ela relacionada manifestação da Glória Pública d’Aquele por quem o mártir dá testemunho e por Quem aceita o caminho do Sofrimento como caminho de Vida.²⁹

Em sua profunda interpretação do *Apocalipse*, Peterson chama a nossa atenção para o facto de nele serem atribuídos a Cristo símbolos de poder derivados da esfera política. Ora tais símbolos significam precisamente que a revelação da “Glória” de Jesus Cristo como *Kyrios* comporta uma inquestionável dimensão “pública”, a qual só pode ser entendida se a interpretarmos em analogia com a “publicidade” específica do mundo político. Por exemplo, a imagem dos sete candelabros, que rodeiam o Filho do Homem no Céu, correspondem aos candelabros que se encontram nas côrtes senhoriais do mundo greco-romano, candelabros esses, cujo fogo quer simplesmente significar a eterna duração da sua dominação política. Mas é sobretudo a “proskynese”, praticada diante do Filho do Homem, e a “aclamação”, que lhe é dirigida, que mais e melhor evocam a analogia com a esfera política.³⁰ Evidentemente, não é por acaso que Cristo é neste livro chamado de “Senhor dos Reis da terra” (Ap 1:5) e “Rei dos reis e Senhor dos senhores” (Ap 17,14; 19,16).³¹

Porém, o que aqui mais nos interessa realçar é o facto de que a descoberta desta dimensão política da Revelação traz consigo também importantes consequências gnoseológicas, pois a Revelação de Jesus Cristo significa, de acordo com Peterson, uma extraordinária transformação do processo humano de “conhecer”, ou seja, de nos relacionarmos com tudo aquilo que está fora de nós. Esta profunda “transformação” tem a ver com o facto de que para todo e qualquer sujeito, que aceite a Revelação de Deus em Jesus Cristo, a realidade não pode mais ser vista de um modo puramente neutro. A Revelação, com efeito, produz em nós um novo tipo de conhecimento, conhecimento esse que deriva do Espírito Santo, ou seja, desse “Pneuma”, que tudo investiga e conhece, até mesmo a profundidade do mistério de Deus (1 Cor 2:10), ou, ainda, as profundezas do mistério do mal. Em suma: diante da Revelação de Jesus Cristo não é mais possível afirmar a existência de “conhecimento puro”, sem qualificação existencial, pois diante do mistério de Cristo os nossos pensamentos e as nossas acções constituem-se ou como verdadeiramente cristãs ou como verdadeiramente anti-cristãs.³² Por outras palavras, diante do facto cristológico não é mais possível o jogo da pura neutralidade. Daí, portanto, aquilo a que poderíamos considerar como sendo a extraordinária pertinência epistemológica do

²⁸ Idem, *ibidem*, pp. 107-108. Para um estudo da noção de *público/publicidade*, veja-se: Peters, Bernhard, *Der Sinn von Öffentlichkeit*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2007.

²⁹ Peterson, *Theologische Traktate*, p. 108.

³⁰ Sobre este tema, veja-se: Kantorowicz, Ernst Hartwig, *Laudes Regiae: Uno Studio Sulle Acclamazioni Liturgiche e Sul Culto Del Sovrano Nel Medioevo*, Milano, Medusa, 2006.

³¹ Peterson, *Theologische Traktate*, p. 108.

³² Idem, *ibidem*, pp. 110-111.

“testemunho” dos mártires. É que, doravante, ou seja, no confronto com a revelação, a questão da Verdade não é mais apenas algo que se possa discutir e decidir ao nível da metafísica, mas tem necessárias e incondicionais consequências ao nível da esfera política. O próprio *Apocalipse* nos alerta para isso, nomeadamente ao demonstrar a natureza política do Anticristo, mostrando, entre outras coisas, que ele é aquele que vem para fazer guerra ao Cordeiro e contra os Seus Santos. Nessa medida, aliás, seria também lógico pensar na constante advertência que nos faz o pensamento bíblico contra o perigo, sempre eminente, dos falsos profetas, ou seja, de todos aqueles modos de pensamento que não são mais do que a expressão de uma ordem política pervertida, o que para o autor do *Apocalipse* não pode senão ser obra do Anticristo.³³

Tudo isto serve para indicar a convicção que, tal como Peterson, também temos de que o pensamento bíblico é inseparável do reconhecimento do facto de que o pensamento humano está sempre sujeito às determinações derivadas, no “hic et nunc”, de uma determinada “ordem política”.³⁴ O pensamento humano não é nunca, jamais, verdadeiramente independente, pois ele está sempre “sujeito”, *i.e.*, submetido, ao poder de Cristo ou ao poder do Anticristo.³⁵ O conhecimento humano encontra-se sempre fundado, ou enraizado, na esfera política. Ou seja, a ordem política das coisas determina sempre, quer queiramos quer não, o nosso modo humano de pensar. Na realidade, só e apenas o “Leão de Judá”, Aquele que triunfou sobre todas as potestades e dominações, é realmente capaz de transcender os condicionalismos da esfera política. Mas também aqueles e aquelas que se encontram no caminho do Seu Seguimento e, por virtude do Espírito Santo, se encontram capacitados a transcender uma forma de pensamento que esteja plenamente determinada, *i.e.*, seja derivada, de um estado de coisas meramente político.³⁶

O significado do que fica dito vai, pois, muito para além da necessidade de reconhecermos que na ordem intelectual das coisas não há mais “conhecimento puro”, já que todo o conhecimento, segundo a lógica do *Apocalipse*, será ou uma investigação das profundezas do Mistério de Deus mediante a assistência do Espírito Santo, ou, então, uma investigação dos abismos habitados e configurados por Satanás, o inimigo da natureza humana. Nesse sentido, Peterson quer simplesmente ajudar-nos a entender que por virtude do “acontecimento” da revelação de Jesus Cristo, corroborada na dimensão pública do martírio, o cristão deixa de ter à sua disposição a possibilidade de se refugiar numa qualquer “neutralidade” vigente na esfera política. O principal “efeito” da Revelação consiste precisamente em manifestar o mistério do poder de forma a nos fazer reconhecer por que razão tantas vezes estamos situados diante deste como se de uma realidade se tratasse que de nós exige uma atitude próxima da (pseudo-) “adoração”. Nessa medida, a questão fundamental que o discípulo de Jesus Cristo, em cada caso, necessariamente tem de se colocar, é a de saber até que ponto esse poder tem ou não legitimidade, ou seja, perguntar se nele está, ou não, presente o “poder” d’Aquele que em tudo e em todos é onnipoten-

³³ Idem, pp. 110-111. Veja-se também a importantíssima obra de referência no pensamento do nosso autor: Peterson, Erik, *El monoteísmo como problema político*, Madrid, Trotta, 1999. Veja-se também: O’ Donovan, Oliver, “The political Thought of the Book of Revelation”, *Tyndale Bulletin* 37 (1986), pp. 61-94.

³⁴ Peterson, *Theologische Traktate*, p. 111.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Idem, *ibidem*.

tente, ou, então, se simplesmente se trata de um poder usurpado por aqueles que por si mesmos têm o atrevimento de se fazerem iguais a Deus.³⁷

Na sua brilhante exegese, Erik Peterson atribui força especial a “Babilónia” como figura que é da manifestação em ambiente teológico do mundo político, facto particularmente evidenciado com a identificação de “Babilónia” com a prostituta revestida de púrpura e sentada sobre um animal, imagem que, de alguma forma, domina o capítulo 17 do *Apocalipse*.³⁸ No contexto deste livro, com efeito, a mulher simboliza a “polis”, ou seja, a “tyche” ou “fortuna” da existência política. Mas se para além disso ela é também identificada como “prostituta”, ou seja, como a mulher que se dá a todos e a ninguém permanece definitivamente ligada, isso acontece, diz-nos Peterson, para nos demonstrar de que modo através da Revelação de Cristo a ausência de sentido de orientação metafísica assente, ou justificada, nas falsas determinações da ordem política, está agora definitiva e inquestionavelmente posta à luz do dia.³⁹ Com efeito, a condição do nosso existir político, cujo campo de acção é o mundo do pluralismo, está sempre submetida à tentação de perder a sua orientação metafísica última e de, assim, acabar buscando os seus deuses no mundo da “pluralidade” não ordenada.⁴⁰

Mas há ainda um outro aspecto da realidade política a manifestar-se mediante o evento da “revelação” em Cristo. Trata-se, de facto, de reconhecer o significado do cântico de lamentação entoado no momento da queda de Babilónia pelas pessoas então mais representativas do mundo da economia, comerciantes e armadores de navios, lamentação essa através do qual nós somos levados a reconhecer que o brilho da política, no final de contas, se identifica com as vantagens económicas dos grandes agentes do comércio internacional (cf. Ap 18: 11-19).⁴¹

Segundo Peterson, porém, a verdadeira chave de leitura do *Apocalipse* deve ser procurada no facto de que Babel, a cortesã, não está sozinha na história, mas tem necessariamente de se confrontar com a *Virgem Jerusalém*, ou seja, com a Virgem que se mantém preparada para ser apresentada Àquele que de verdade será seu legítimo marido (2 Cor 11:2), ela que é a noiva do Cordeiro (Ap 21:9). A Nova Jerusalém está, portanto, igualmente em cena, personagem activa no teatro da história humana, concretamente como símbolo de uma nova forma de poder, aquela, nomeadamente, que está já para além, porventura imune à tentação inerente ao apelo natural do “pluralismo” político. Ao contrário da cortesã, a Virgem não tem na mão uma taça com vinho, pois onde quer que esteja *Jerusalém*, a Igreja dos mártires, aí está também a sobriedade, aí está, necessariamente, o “Logos”.⁴² A mulher que está preparada para desposar o Cordeiro sabe perfeitamente qual o caminho que ela terá de seguir até chegar até Ele. Daí a “simplicidade” de *Jerusalém*, da Virgem, uma Simplicidade que só se torna possível graças à “proximidade” de Deus e do Cordeiro. Pois onde quer que esteja Deus, ou o Cordeiro, aí não há mais necessidade de recorrer ao brilho artificial da Terra, ou seja, a esse brilho que para se ter há que o pagar a preço de prata e

³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 111-112. M

³⁸ Dyer, Charles H., “The Identity of Babylon in Revelation 17-18”, *Bibliotheca Sacra*, 144 (1987), pp. 305-316.

³⁹ Peterson, *Theologische Traktate*, p. 112.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 112-113.

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 113.

⁴² Idem, *ibidem*.

de ouro, ou seja, há que pagar o preço mediante o qual os detentores do comércio internacional simplesmente, e cada vez mais, enriquecem e constroem os seus monopólios.⁴³ Desta forma, podemos dizer que a “Revelação” em Cristo nos faz também penetrar de um modo inaudito na *realidade* de um mundo, qual o nosso, em que globalização e economia estão, definitivamente, na ordem do dia.

O Testemunho

Para terminar, uma palavra sobre o significado mais específico que a “Revelação do Filho do Homem” tem para a compreensão do destino e da obrigação inerente à existência cristã neste mundo, particularmente quando a hora em que a pessoa cristã se encontra é, verdadeiramente, a “hora da aflição”. Por outras palavras, para nós, não pode deixar de merecer toda a atenção a necessidade teológica de se reconhecer que o Sofrimento, de facto, constitui, ou pode constituir, por definição, uma dimensão intrínseca da Fé. É através de derrotas e de fracassos que todos quantos estão assinalados com o selo da fé, ou seja, os baptizados, se hão-de manifestar na realidade daquilo mesmo que são, o que só pode acontecer mediante a sua conformação com o Cristo Sofredor e Ressuscitado, a única e verdadeira Testemunha (Fil. 3:10). O aspecto teológico fundamental da questão do martírio passa, pois, pelo reconhecimento de que, graças à Revelação de Deus em Cristo, ninguém mais está dispensado de considerar a possibilidade do Sofrimento como uma possibilidade real de existência para si.⁴⁴

De sublinhar, porém, é o facto de que o sofrimento do “mártir” tem de ser, por definição, aquele que acontece na história como consequência de todo um processo de conformação com o Sofrimento de Cristo, ou seja, esse tem de ser um sofrimento profundamente assinalado por uma dimensão verdadeiramente escatológica.⁴⁵ Daí, mais uma vez, a extraordinária importância teológica e espiritual da noção de “martírio” na Igreja, sobretudo se entendermos que a possibilidade do martírio não é apenas para alguns, os membros de uma determinada casta, mas que qualquer pessoa baptizada, ou crente em Jesus Cristo, é, enquanto tal, mártir em potência. Pelo Baptismo, pelo gesto sacramental mediante o qual somos definitivamente assinalados com o selo de Deus, nós tornámo-nos pertença do “Cordeiro Imolado”, ou seja,

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, pp. 113-114. Sobre a questão e o seu significado, veja-se também: Ahern, B. M., “The Fellowship of His Sufferings (Phil 3, 10): A Study of St. Paul’s Doctrine on Christian Suffering”, *Catholic Biblical Quarterly* 22 (1960), pp. 1-32; Baumeister, Theofried, *Die Anfänge der Theologie des Martyriums*, Münster, Aschendorff, 1980; Fischer, K. M., *Die Bedeutung des Leidens in der Theologie des Paulus*, tese de doutoramento, Berlim, 1967; Hengel, Martin, “Leiden in der Nachfolge Jesu: Überlegungen zum leidenden Menschen im Neuen Testament”, *Der leidende Mensch. Beiträge zu einem unbewältigtem Thema*, ed. Hans Schulze, Neukirchen, Neukirchener-Verlag, 1974, pp. 85-94; Nissen, J., “Zur Leidenserfahrung im Neuen Testament”, *Zeichen der Zeit: Evangelische Monatsschrift für Mitarbeiter der Kirche* 34 (1980), pp. 382-389; Kleinknecht, Karl Theodor, *Der leidende Gerechtfertigte: Die alttestamentliche-jüdische Tradition vom ‘leidenden Gerechten’ und ihre Rezeption bei Paulus*, Tübingen, J.C.B. Mohr, 1988; Wolter, Michael, “Der Apostel und seine Gemeinden als Teilhaber am Leidensgeschick Jesu Christi: Beobachtungen zur paulinischen Leidenstheologie”, *New Testament Studies* 36 (1990), pp. 535-557.

⁴⁵ Peterson, Erik, *Theologische Traktate*, pp. 114-115. Acerca desta importante problemática, veja-se também: Hansen, Sigfried, “Die Bedeutung des Leidens für das Christusbild S. Kierkegaards”, *Kerygma und Dogma* 2 (1957), pp. 1-28.

d'Aquele que, por Sua paixão e morte, definitivamente triunfou. Por isso, a luta em que nos encontramos metidos não é, nem pode ser, uma luta para perder, pois com Ele também os Baptizados, se permanecerem firmes e fiéis, hão-de triunfar no caminho da Vida. Mas a pergunta impõe-se: Que significado pode ter aqui a palavra "vencer"? A "vitória" de que aqui se fala não pode ter senão um significado: revelar a verdade daquilo mesmo que somos no processo de dar "testemunho" do Cristo de Deus.⁴⁶

Mas num tempo em que, pelo menos aparentemente, se verifica a manifestação do mistério da iniquidade, ou seja, de um tempo desconectado da "Torá" de Deus, a condição de ser chamado a "dar testemunho" é própria de todos os incorporados no Mistério de Cristo, e isso quer dizer que a tal são chamados não apenas os seres humanos, mas também os anjos e o próprio mundo na sua totalidade material. Numa situação de anomia geral, tudo, todos e cada um, estão chamados a dar testemunho a favor de Deus e contra o "mundo" na sua forma presente, ou seja, contra um mundo em que o dragão, figura do domínio do Anticristo, também representado pelos falsos profetas, vai, de forma cada vez mais perigosa, levantando a sua cabeça.⁴⁷ Por outro lado, dado que com Cristo não existe mais uma dimensão puramente privada quer da vida quer da morte, pois "é para o Senhor que nós vivemos e que nós morremos" (cf. Rm 14: 7 s.), a comunidade eclesial encontra-se quotidianamente confrontada com a suprema e constitutiva obrigação existencial de aderir, ou manifestar, a dimensão "pública da presença" mesma do "Senhor" na história dos homens, dando, assim, corpo ao processo mediante o qual Deus efectivamente nos revela o Seu Amor.⁴⁸ Mas uma vida que se compreende ao serviço da Verdade, como é a da Igreja em seu estado de militância no tempo da história, concretamente aquela ainda imersa num contexto de pecado e de morte, não pode senão ser uma vida vivida no contexto da Grande Tribulação. Ao mesmo tempo, porém, esta é igualmente, e isso é o que mais aqui nos importa sublinhar, a vida visada pela proclamação das Bem-aventuranças do Reino no *Sermão da Montanha*, proclamação essa corroborada e ilustrada pelo testemunho dos "Mártires" ao longo da história. Com isto, numa palavra, queremos simplesmente reconhecer e dizer que o exemplo dos Mártires de todos os tempos e de todos os lugares demonstra à saciedade que o ser-cristão não é coisa, ao contrário do que parece ter pensado Nietzsche, para gente débil de carácter, ou seja, para gente que não sabe o que quer, ou que apenas quer manter indefinidamente o estado de coisas do seu pobre aburguesamento.⁴⁹ Não, o exemplo dos Mártires é um exemplo que não pode deixar de se continuar a fazer ouvir por parte de todos aqueles e aquelas que, como nós, bem cientes da sua condição de pecadores, não podem senão, através do tempo e no espaço da Igreja, fazer ecoar o seu grito de súplica e de Esperança, orando, sempre de novo, como, no *Apo-calipse*, a testemunha final: "Amen! Vem Senhor Jesus!"

⁴⁶ Peterson, *Theologische Traktate*, p. 115.

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 116.